

SOCIALISMO: OBSTÁCULOS A UMA DISCUSSÃO

IVO TONET¹

INTRODUÇÃO

A problemática do socialismo sempre foi uma questão muito complexa. Porém, hoje, após a derrocada do que se costuma chamar, equivocadamente, de “socialismo real”, ela se tornou muito mais complexa e, sobretudo, confusa.

Entre outros, três problemas jogam um papel fundamental para a geração desta confusão. Um primeiro é a pressuposição de que ele é algo suficientemente conhecido, não sendo necessário “perder tempo” com uma abordagem mais demorada. A verdadeira questão não seria *o que é* o socialismo e sim *qual o caminho* para chegar a ele. Um segundo problema é a deterioração do instrumental teórico que permitiria pensar esta problemática. O que marca esta deterioração, a nosso ver, é a perda da radicalidade crítica que caracteriza a natureza essencial deste instrumental, o pensamento de Marx. O resultado disto é a diluição cada vez maior da especificidade própria do pensamento marxiano e sua aproximação ao pensamento burguês. Um terceiro problema é o pano de fundo constituído por aquilo que é denominado pelo infeliz termo de “socialismo real”. Não é nossa intenção abordar, aqui, os três problemas, mas apenas o terceiro.

É nossa convicção que este termo – “socialismo real” – deve ser inteiramente abolido porque falseia qualquer discussão acerca do socialismo. Mesmo quando utilizado entre aspas, o que chamaria a atenção para o seu caráter problemático, ele não deixa de permanecer como um conceito que designaria, ainda que apenas sob algum aspecto, algo que efetivamente existiu. No mínimo, deixa dúvidas no ar, o que contribui para confundir a questão. Mas há quem o use sem aspas, pretendendo que ele designa, de fato, algo bem real, ou seja, o próprio socialismo.

Exemplos desta “categoria” como pano de fundo podem ser encontrados em autores os mais diversos. Entre eles: A. Schaff, E. Hobsbawn, C. Lefort, Boaventura de S. Santos, A. Nove, A. Gorz, N. Bobbio, J. Habermas, R. Miliband, R. Blackburn, J. McCarty e inúmeros outros.

No fundo, o argumento – explícito ou implícito – para levar em conta esta “categoria” é o seguinte: na discussão acerca do socialismo não se pode deixar de levar em consideração o socialismo

tal como ele se realizou nos países do leste europeu e oriente (incluindo Cuba). Segundo se diz, quer queiramos ou não, o que importa são os fatos concretos e não uma teoria abstrata. A história não é um ideal abstrato, em nome do qual seriam julgados os fatos. A história é o conjunto dos fatos realmente acontecidos. Se, portanto, queremos produzir conhecimento histórico científico, devemos ater-nos aos fatos. Certamente estes implicam uma teoria. Contudo, se eles contrariarem a teoria, é esta última que deve ser modificada e não eles. Se não procedermos assim, todo conhecimento científico estará inviabilizado, uma vez que a teoria nunca poderá ser falsificada. Sempre poderemos dizer que o processo real não se realizou de acordo com a teoria. Por mais que se apontem, à luz dos fatos, defeitos que comprometeriam a teoria, sempre se poderá alegar que os fatos é que não se comportaram exatamente como prescrevia a teoria e, portanto, “tanto pior para os fatos”. Ora, uma teoria que, em confronto com os fatos, não pode, de modo nenhum ser falseada, não pode ser uma teoria científica.

“SOCIALISMO REAL”: A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Retornemos ao argumento de que, para discutir a questão do socialismo, é preciso levar em conta os fatos, ou seja, “o socialismo como realmente existiu”. O que é que este argumento supõe? Em primeiro lugar, ele supõe que a teoria é um *ideal*, no sentido de uma construção meramente ideativa, que se contrapõe a *fatos*. Em segundo lugar, ele supõe que há uma linha direta entre a teoria e a prática concreta. Em terceiro lugar, ele supõe que os fatos, como acima considerados, constituem o critério de veracidade de uma teoria.

Ora, estas três suposições caracterizam o empirismo na sua versão mais rombuda. Não pretendemos entrar na complexa relação entre teoria e prática. Para o nosso propósito, é suficiente dizer que, na perspectiva marxiana, teoria não é de modo algum uma construção meramente ideal. Teoria é sempre o resultado do esforço de reprodução intelectual do processo real, sendo evidente que a primeira nunca esgota o segundo. Assim, a boa teoria é aquela que captura o objeto na

sua integralidade (observe-se que integralidade não quer dizer tudo), o que implica tomá-lo como uma totalidade, incluindo a relação entre essência e fenômeno e entre o seu modo presente de ser e possibilidades futuras. Ora, entre o modo presente de ser do objeto e os acontecimentos futuros, interpõem-se muitos elementos – incluindo o acaso – que não podem ser previstos, ainda mais quando se trata do mundo social.

Interpõem-se, de modo especial, o modo como ela é entendida e posta em prática pelos indivíduos e grupos sociais mais diversos e as circunstâncias concretas de tempo e lugar em que se dá a sua recepção. Tudo isto pode levar a modificações significativas na própria teoria. (Isto ficaria extremamente fácil de entender se fosse aceita e levada em conta a determinação social – em sentido ontológico e não meramente sociológico – do conhecimento). Não há, pois, como existir uma relação direta entre uma teoria e práticas futuras realizadas em seu nome. A história é feita de alternativas e não de desdobramentos inevitáveis. O curso dos acontecimentos pode ou não fluir no sentido apontado pela teoria inicial. O fato de não seguir o caminho indicado pela teoria não a torna falsa. Apenas indica que houve um desdobramento diferente. A demonstração da falsidade de uma teoria implica outras questões, como veremos mais adiante.

Deste modo, os “fatos” não constituem elementos isolados, contrapostos à teoria, mas resultados objetivados de decisões tomadas pelos sujeitos em circunstâncias históricas concretas. Eles poderão ou não realizar-se no sentido posto pela teoria. Quando é, então, que os “fatos” contribuem para a verificação de uma teoria? Quando, tendo-se desdobrado em conformidade com o previsto por ela, confirmam ou negam a sua veracidade. Um exemplo muito simples: temos uma teoria de que a água ferve a 100 graus. Pomos água para ferver; ela chega a 100 graus e nada acontece. Isto comprova que a teoria estava errada? Se, de fato, se puder ter certeza (nunca absoluta) de que não houve nenhuma circunstância que pudesse ter alterado o processo, então cremos que a resposta seria afirmativa. Mas, para isto é preciso, sob pena de completa falta de rigor, perguntar: o que, de fato, aconteceu? Entre a teoria e este fato interveio alguma circunstância capaz de alterar significativamente o processo? Se interveio, então a teoria pode muito bem estar certa, apesar de não ter sido confirmada por *este* fato.

Deste modo, o que se observa é que não basta confrontar uma teoria com os fatos. É preciso analisar o conjunto do processo. Os fatos são parte de uma totalidade complexa e só em relação a essa totalidade seu sentido poderá ser apreendido. Por outro lado, entre a teoria original e o momento

atual, a própria teoria pode ter sofrido alterações. De modo que é preciso saber o que se está pondo em confronto. A teoria original ou alguma sua interpretação subsequente? Além disso, também é preciso examinar o processo intermediário entre a teoria e o momento atual. Circunstâncias concretas podem ter levado a um desdobramento contrário à teoria original. Neste caso, aquela teoria não seria falsa. Os “fatos” apenas indicariam que estas novas circunstâncias não tornaram possível a sua realização. Repetimos: os fatos só contribuem para negar a veracidade de uma teoria quando tiverem se realizado de acordo com o previsto e quando, mesmo assim, os resultados finais tiverem sido contrários a ela.

Em resumo, o que queremos dizer é o seguinte: uma análise séria, rigorosa e realista implica a firme convicção de que teoria e prática não são momentos isolados, mas articulados, de um processo social como uma totalidade. E se, como para Marx, este processo social é um composto de essência e fenômeno, então é preciso capturar o processo social como uma totalidade em que estão implicadas estas duas categorias. Deste modo, os fatos, em sua imediatez, constituem apenas o momento fenomênico do processo. O desvelamento do seu sentido não pode ser feito apontando apenas para eles mesmos, mas expondo a sua articulação com uma essência da qual são a manifestação.

Caberia, então, no caso em tela, retomar a concepção marxiana de socialismo, analisar as modificações teóricas e práticas por ela sofridas nas mãos de seus seguidores, verificar as condições em que se deram as tentativas de revolução socialistas, de modo a apreender o sentido dos fatos que se sucederam e se eles estavam em consonância com a teoria original e, se não estavam, explicar porque não estavam. Nos debates sobre o socialismo, no entanto, nada disto é feito. Parte-se simplesmente da idéia de que o que foi realizado em nome do socialismo era a efetivação da teoria socialista original de Marx, embora com algumas adaptações a circunstâncias concretas. Assim, não importaria examinar se houve modificações substanciais nem as circunstâncias concretas em que ela se realizou, concluindo-se por criar uma “categoria” absurda chamada “socialismo real”. É evidente que esta forma de proceder só pode ser o resultado de má-fé, ignorância, ou, quando no caso de intelectuais criteriosos, resultado de determinados pressupostos responsáveis por um certo direcionamento da investigação.

“SOCIALISMO REAL” X “SOCIALISMO DEMOCRÁTICO”: ORIGENS E DESCAMINHOS

Uma das conseqüências mais sérias da utilização, mesmo que seja como pressuposto, desta “categoria” do “socialismo real” é uma outra categoria, que pretende ser o seu oposto, isto é, a de “socialismo democrático”.

Sabemos que é uma tarefa muitíssimo ingrata tecer críticas à concepção de “socialismo democrático”. Muito mais ainda a de pretender demonstrar a inconsistência desta “categoria” e as suas problemáticas conseqüências sociais. Como, porém, não se trata de um mero debate intelectual, mas de idéias que têm fortes repercussões na prática social, é preciso, quando se está convicto e até para não ser acusado de falar apenas *post festum*, navegar mesmo que contra a corrente.

Socialismo, hoje, é um conceito bastante fora de moda até entre autores que se pretendem de esquerda. Mas, quando ele é utilizado, tem-se sempre o cuidado de enfatizar que se trata de um socialismo democrático e não autoritário. O objetivo é tanto fazer um *mea culpa* e, portanto, demarcar a diferença, a distância e a oposição em relação ao chamado “socialismo real”, de caráter autocrático, como enfatizar a profunda adesão atual aos valores democráticos. Digamos que há, até, uma certa concorrência entre os diversos pensadores, liberais e de esquerda, para ver quem defende com mais empenho a democracia. É claro que os pensadores de esquerda procuram demarcar-se também em relação ao conceito liberal de democracia, donde a busca da elaboração de uma nova teoria da democracia¹.

É inegável que, após tantos e tão contundentes fatos denunciadores da brutalidade do chamado “socialismo real”, esta firme adesão aos valores democráticos tem um fortíssimo apelo positivo. Dificilmente se pode encontrar alguém que, diante de uma escolha entre ditadura e democracia, não faça uma opção por esta última. O problema é que as alternativas socialmente relevantes do ponto de vista de uma sociabilidade efetivamente humana talvez não sejam estas. Talvez haja uma outra alternativa superior. Não conviria examiná-la?

Em outros textos² procurei demonstrar a radical diferença entre liberdade democrática e liberdade socialista (comunista), enfatizando o pertencimento da primeira ao âmbito da emancipação política e o da segunda ao âmbito da

emancipação humana. O que significa dizer que os termos que se opõem não são democracia e ditadura (ambas formas do universo da sociabilidade do capital), mas liberdade democrática e liberdade socialista.

Nosso objetivo, aqui, é levantar alguns questionamentos a respeito desta “categoria” do “socialismo democrático”, buscando compreender, a partir das suas origens, sua natureza e suas conseqüências para a luta social.

Considerando o atual ambiente teórico-ideológico e político, gostaríamos de fazer uma observação inicial. Nossas críticas ao “socialismo democrático” não significam, de modo nenhum, uma defesa de algo que considero que nunca existiu, ou seja, do “socialismo real”. Mas adiante explicaremos porque consideramos absurda esta “categoria”. Nossas críticas, se algo de pertinente contiverem, têm o intuito de impulsionar no sentido de pensar uma forma superior de entificação da humanidade e não de tentar resgatar aquilo que se chamou de “socialismo real”.

Vale observar, também, que a construção desta nova proposta é resultado de um processo longo e complexo. Não é nossa intenção expor detalhadamente o seu desdobramento. Pretendemos apenas apontar os elementos que nos parecem mais relevantes para, com isso, expor o equívoco fundamental que preside à sua elaboração e algumas das conseqüências que se seguem. Em resumo, nossa idéia é a seguinte: a “categoria” do “socialismo democrático”, com tudo que ela implica, é resultado imediato de um pressuposto falso. Tal pressuposto é o de que a revolução de outubro teria tido um caráter essencialmente – isto é, relativamente às questões econômicas de base, – socialista. Sua falha fundamental teria sido a não socialização do poder político, o que teria entravado o aprofundamento da socialização da própria economia. Daí o “socialismo real”, burocrático, ditatorial, antidemocrático. Tratar-se-ia, então, de recuperar o caráter democrático do socialismo. É o que pretendiam a construção da “categoria” e da proposta do “socialismo democrático”. Mas, e se a revolução de outubro não tiver tido um caráter socialista? Se, de fato, não tiver existido a possibilidade de lançar os fundamentos de uma forma radicalmente nova de sociabilidade? As conseqüências serão imensas.

Por outro lado, como veremos em seguida, a idéia de socialismo democrático é uma contradição nos termos. Democracia é sinônimo de liberdade regida pelo capital. Socialismo é sinônimo de liberdade regida pelo trabalho (emancipado). Impossível casar essas duas formas.

¹ Ver, nesse sentido, os livros de Boaventura de Souza Santos, *Pela mão de Alice e Democratizar a democracia*.

² Ver os livros, de minha autoria: *Democracia ou liberdade?* e *Educação, cidadania e emancipação humana*.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Vejam, então, os momentos mais importantes deste processo. Sabe-se que a proposta marxiana é uma proposta revolucionária, no preciso sentido de que tem como objetivo a supressão radical da ordem burguesa e a sua substituição por uma ordem socialista, cujo fundamento seria o trabalho associado. Sabe-se também que isto implicaria, embora não de modo absolutamente necessário, a derrocada violenta do poder burguês. Marx e Engels fizeram alusão à possibilidade de uma transição pacífica para o socialismo, mas como algo bastante remoto.

Mas, já neste primeiro momento, a recepção das idéias de Marx teve um forte acento economicista. Em oposição ao idealismo, enfatizava-se o caráter materialista da história e este materialismo se expressava na afirmação de que o que importava era a base econômica, restando à “superestrutura” uma importância secundária. De modo que o socialismo tendia a reduzir-se à socialização da economia. E mesmo a socialização tendia a ser entendida como estatização.

Por outro lado, esta recepção das idéias marxianas também entendia o socialismo como o inverso do capitalismo. Ou seja, se o capitalismo era uma ordem social cujo eixo era o indivíduo, o socialismo seria uma ordem social centrada na coletividade. Ora, era exatamente o indivíduo burguês que era o sujeito dos direitos e liberdades democráticos. De modo que a confusão estava praticamente feita entre indivíduo e indivíduo burguês. A tomada do poder pela classe trabalhadora significaria, portanto, a derrocada da ordem burguesa na sua totalidade, incluindo aí todo este conjunto de direitos e liberdades democráticos típicos desta ordem individualista.

Opondo-se a esta idéia de uma revolução que derrubasse violentamente a ordem burguesa, surgiu, na segunda metade do século passado, com a social-democracia alemã, a proposta de um socialismo democrático. Os elementos fundamentais do seu ideário são suficientemente conhecidos: o socialismo não seria mais um objetivo, uma forma radicalmente nova de sociabilidade, mas um processo gradativo e crescente de ganhos econômicos e sociais, realizado não de forma revolucionária, mas de forma democrática. Na verdade, o socialismo, seria um processo sem fim de aprofundamento e alargamento da democracia.

As críticas de Rosa Luxemburgo, Lênin e outros marxistas e o sucesso da revolução soviética fizeram recuar a idéia de uma instauração democrática do socialismo e deram força total à proposta de uma conquista revolucionária do poder

pela classe trabalhadora com a conseqüente supressão rápida e total da ordem burguesa.

E, com efeito, durante algum tempo pareceu que, apesar de todos os erros, contratempos e dificuldades, a revolução estava trilhando o caminho do socialismo. A propriedade privada foi suprimida, foi instaurado o planejamento econômico centralizado no Estado, a produção foi colocada direta, ou indiretamente (através do governo e do partido) sob o controle dos trabalhadores, sendo também voltada para o atendimento das necessidades da maioria da população e não da acumulação de propriedade privada. Note-se que é a própria concepção fortemente economicista do socialismo que permite pensar que a revolução tinha um caráter essencialmente socialista. Mesmo Lênin, para não falar de outros revolucionários, que, como se sabe, criticou duramente a social-democracia alemã e procurou resgatar o caráter revolucionário da proposta marxiana, sob pressão das circunstâncias concretas deslizou em direção a este modo economicista de ver o socialismo.

Não é o caso de discutir aqui se Lênin tinha ou não uma concepção democrática ou ditatorial. O fato é que as circunstâncias concretas levaram-no, e aos outros revolucionários, a suprimir ou a nem sequer permitir o amadurecimento (porque não era possível) dos institutos democráticos. Daí para diante, a necessidade se tornou virtude, isto é, as formas concretas da ditadura foram tomadas como expressão do socialismo autêntico.

Vale notar, também, que a própria “socialização” da economia exigia, naquele momento, que o indivíduo particular abrisse mão dos seus interesses pessoais e se submetesse aos interesses coletivos.

Inúmeros revolucionários, especialmente da velha guarda bolchevique e antes disto da Oposição Operária, tentaram opor-se a este modo de conduzir o processo, criticando o seu crescente autoritarismo. O mais interessante a notar é que hoje, *post festum*, o debate segue tão equivocado como naquele momento. Os defensores de Lênin buscam enfatizar as suas intenções democráticas e a sua resistência ao autoritarismo, condenando a Oposição Operária por seu idealismo. Os que simpatizam com a Oposição Operária realçam a sua luta em defesa da democracia e da participação mais intensa da classe trabalhadora no controle da economia, procurando, por outro lado, enfatizar a estreita vinculação de Lênin com toda a posterior política autocrática stalinista.

Pensamos que o equívoco de ontem e de hoje está em não compreender a relação entre objetividade e subjetividade. Certamente não estava absolutamente pré-determinado que as coisas se passassem daquela forma. Os momentos históricos

são sempre um campo de possibilidades, no interior do qual os indivíduos e grupos sociais fazem as suas escolhas. Mas este campo de possibilidades, embora elástico, tem limites que não podem ser ultrapassados. Pode-se até admitir – e com toda a razão – que a condução do processo por Lênin tivesse sido diferente da de Stalin. Contudo, nem sob Lênin a União Soviética poderia deixar de tornar-se um regime autocrático, dados os limites impostos pela situação objetiva. Por outro lado, esta mesma situação objetiva impediria a efetivação das intenções da Oposição Operária de construir uma forma de sociabilidade verdadeiramente socialista, quer dizer, livre. Em resumo: do ponto de vista da construção do socialismo, um beco sem saída.

No entanto, a idéia que se consolidou e que, de algum modo, perdura até hoje, é que a revolução de outubro tinha sido uma revolução socialista e que do ponto de vista econômico, apesar das inúmeras dificuldades, erros e percalços se estava trilhando o caminho da construção do socialismo. Afinal, a questão da igualdade no atendimento das necessidades básicas de toda a população era superior à questão das liberdades democráticas. Note-se, aqui, posta a mesma equação do liberalismo, só que de modo invertido. Para o liberalismo, o valor mais importante seria a liberdade, devendo ser preservada mesmo que ao custo de certa desigualdade social. Para o socialismo, o valor mais importante seria a igualdade, devendo ser garantida mesmo que implicasse restrições à liberdade. Não é preciso dizer que a proposta liberal é autêntica e coerente, considerando o significado particular de liberdade e igualdade próprio do liberalismo. O mesmo não se pode dizer da proposta socialista, porque nela os significados de liberdade e igualdade são totalmente diferentes. Voltaremos mais adiante a esta questão.

Por volta do anos 1970, a questão do caminho democrático para o socialismo voltou a repor-se, desta vez a partir do Partido Comunista Italiano, estendendo-se depois a outros países da Europa. O elemento impulsionador desta retomada era a constatação das profundas diferenças que marcavam as sociedades européias ocidentais em relação às orientais. Como consequência, não faria sentido seguir o caminho da revolução soviética e muito menos pensar na extinção das objetivações democráticas.

Por outro lado, também começaram a surgir, um pouco mais tarde, muitas denúncias a respeito das atrocidades, crimes, campos de concentração etc., cometidos em nome da construção do socialismo. Tudo isto viria a reforçar a idéia de que não bastava haver socialismo no campo econômico, também era preciso que ele se estendesse ao campo político. Se se quiser uma

caricatura disto basta ver o que a esquerda democrática diz, hoje, a respeito de Cuba.

Foi este conjunto de circunstâncias que, a nosso ver, ensejou o surgimento do que veio a chamar-se de “socialismo democrático”. Como se pode ver, este conceito teve, desde o seu início, um caráter nitidamente politicista. Com efeito, não era um conceito que pretendesse fazer uma crítica radical das tentativas de revolução socialistas. Pelo contrário, pressupunha exatamente que do ponto de vista econômico, não obstante todos os seus erros e defeitos, a União Soviética estava no caminho do socialismo, baseados nos elementos que acima indicamos. Neste campo tratava-se apenas de correções e de reformas, mas não de alterações substanciais. No entanto, havia uma parte substancial que faltava. E esta localizava-se na esfera da política. A supressão e/ou não implementação dos direitos e liberdades democráticos não fora um mero acaso, mas resultara de uma concepção equivocada dos marxistas em geral acerca da problemática da política. Por sua vez, a não socialização do poder político teve consequências desastrosas sobre o processo econômico, levando à burocratização e, finalmente, à reposição das desigualdades sociais. Daí porque se fazia necessário reexaminar a teoria marxista e fazer a crítica das suas debilidades no campo da política. O objetivo era demonstrar que, ao contrário do “socialismo real”, economicamente socialista, mas politicamente ditatorial, o socialismo autêntico deveria socializar tanto a economia como o poder político.

Tratava-se, pois, de pensar um “caminho democrático” para um “socialismo democrático”.

Como Marx era o principal elaborador desta concepção, um dos momentos fundamentais deste reexame foi a crítica das suas idéias. É evidentemente impossível nem sequer resumir aqui o conjunto destas críticas. Basta lembrar, no entanto, que entre elas avultavam aquelas relativas a uma ênfase excessiva na objetividade na concepção do processo social; a um caráter metafísico da sua concepção do ser social; a uma concepção estreita e/ou equivocada acerca da política, do Estado, da revolução, da democracia e da cidadania.

O que nos importa ressaltar, aqui, não são os argumentos em seu detalhamento, mas o ponto de partida de todo este reexame. É evidente que havia um problema grave a ser examinado: o insucesso da revolução soviética. No entanto, as críticas não começaram por buscar a natureza mais genuína do pensamento de Marx, mas foram impulsionadas pela necessidade de dar sustentação à idéia – que se supunha evidenciada pelos fatos – de que a política (entendida como o complexo do Estado) era um elemento ontológico insuperável do ser social. E que, portanto, esse complexo não deveria ser eliminado, mas apenas transformado. Os

fatos pareciam mostrar que a consideração da política como um momento transitório do ser social e, portanto, dos direitos e liberdades democráticos como valores particulares tinham contribuído poderosamente para a degeneração do socialismo. De modo que era preciso demonstrar que a dimensão política era uma dimensão essencial do ser social e a democracia e a cidadania eram valores universais. O que significa dizer que, a conclusão já estava, de algum modo, implicada no próprio ponto de partida: as críticas a Marx e a outros autores não decorreriam de um exame daquelas teorias com o objetivo de compreendê-las o melhor possível, no espírito em que elas se propunham, ou seja, o de serem uma tradução do processo real, para então, a partir daí evidenciarem os seus erros, lacunas e deficiências. Tais críticas, independente da intenção explícita dos seus autores, já estavam norteadas pela necessidade de por em evidência o déficit democrático do marxismo.

Como se pode ver, havia um problema real que precisava ser examinado. Não era um problema criado por adversários burgueses. Tratava-se do fato real de que uma sociedade que se dizia socialista não correspondia de modo algum à idéia que se fazia de socialismo, ou seja, de uma sociedade justa, livre e igualitária. O enfoque politicista que norteou a resposta é que, a nosso ver, se constituiu num grande equívoco.

É interessante notar que já em 1844, em *As Glosas críticas*, Marx fazia uma clara distinção entre *razão política* e *razão social*. Segundo ele, a razão política, expressão da perspectiva burguesa, é aquela que pensa a totalidade social, incluindo a economia, *do ponto de vista da política*, ou seja, tomando a dimensão política como a dimensão fundante do ser social. Como se sabe, esta é uma das teses básicas da concepção burguesa: a de que a sociedade é instaurada *qua* sociedade pela existência do Estado. O que equivale a dizer que é impossível a existência da sociedade sem esta dimensão. A consequência deste modo de pensar é necessariamente a subordinação da economia à política; a entronização da política como princípio de inteligibilidade da totalidade social e do norteamento da ação sobre ele.

No caso dos marxistas, porém, era preciso afrouxar os laços entre economia e política, já que, para Marx, a primeira era vista claramente como a dimensão fundante do ser social. Daí toda a discussão acerca da necessidade de rever os conceitos de sociedade civil, de Estado, de democracia, de cidadania, de direitos humanos e de reexaminar a relação entre economia e política. Não estamos, com isso, querendo dizer que este reexame não trouxe contribuições interessantes. Como já afirmamos antes, nosso objetivo é apenas ressaltar o viés que o ponto de partida acima mencionado –

fazer a crítica do ponto de vista da política – impôs à abordagem de toda a problemática e o deslizamento que a partir daí foi se dando para o campo da perspectiva burguesa.

Rejeitada, por incompreensão ou por decisão consciente, a relação ontológica entre economia e política, o marxismo foi se diluindo e perdendo aquilo que é a sua pedra de toque: o caráter radical da sua crítica. Deste modo, o socialismo já não é uma forma radicalmente nova de sociabilidade, mas uma busca sem fim de meios para harmonizar duas categorias cuja oposição seria insuperável, as categorias da liberdade e da igualdade. É “a democracia sem fim”, um horizonte nunca efetivável, mas apenas uma espécie de impulsionamento contínuo em direção a uma vaga sociedade mais justa.

De modo que podemos visualizar, a largos passos, o caminho seguido, segundo os críticos de Marx. A concepção estreita do marxismo acerca dos direitos, instituições e liberdades democráticos tinha levado ao menosprezo e à supressão destes elementos, permitindo a instauração de um poder autocrático. A socialização da economia deveria ter-se seguido a socialização do poder político. Aí sim teríamos o verdadeiro socialismo, um “socialismo democrático”, uma forma de sociabilidade que não só distribuiria eqüitativamente a riqueza, mas também implicaria, necessariamente, a vigência, até muito mais intensa e ampliada, das objetivações democrático-cidadãs.

A própria admissão da existência de um “socialismo autocrático”, uma aberração tão grande que é até difícil de imaginar, implica a aceitação daquilo que afirmamos acima, ou seja, de que havia uma socialização da economia, mas não da política. Não dá para acreditar que algum intelectual sério e rigoroso pudesse admitir a existência de um conceito tão monstruoso. Mas é exatamente o que acontece quando não se percebe a articulação ontológica entre economia e política; quando não se toma a autoconstrução humana como fio condutor do processo social; quando não se começa a crítica pela retomada radical da noção de socialismo. Chega-se ao absurdo de afirmar que é possível existir socialismo na dimensão econômica, mas não nas outras dimensões. A uma concepção equivocada de socialização da economia se segue uma não menos equivocada de socialização da política. E a soma das duas redundaria no “socialismo democrático”.

Se olharmos as críticas ao marxismo e ao socialismo que começaram a surgir a partir da década de 1970, veremos que todas elas, de alguma forma, têm como pano de fundo estes pressupostos: por um lado, a ênfase na necessidade de resgatar o valor e a importância da política, da democracia e da cidadania como valores universais

e, portanto, imprescindíveis numa forma de sociabilidade efetivamente livre; por outro lado, contra o objetivismo economicista, a ênfase na subjetividade, realçando o caráter de “invenção” do socialismo, de “fazer o caminho caminhando”.

A quantidade de questões da teoria marxiana revistas é, evidentemente, muito grande. Não é, de modo algum, nossa intenção abordar esta problemática. Nosso único intento é deixar claro o pressuposto – a nosso ver falso – que norteou toda esta revisão e mostrar que ao falso dilema entre “socialismo autoritário” e “socialismo democrático”, entre ênfase na objetividade e ênfase na subjetividade se opõe uma terceira possibilidade, a do socialismo como liberdade plena, a articulação entre subjetividade e objetividade, sob a regência desta última.

O que já dissemos antes, mas vale a pena tornar a frisar, é que a crítica aos descaminhos na construção do socialismo e da teoria que a norteava não teve como ponto de partida o resgate da concepção de socialismo. Seu ponto de partida foi a falsa “categoria” do “socialismo real”, ou “socialismo realmente existente”. Posto este pressuposto falso, toda a discussão posterior, não obstante o fato de ter trazido à luz elementos importantes, ficaria necessariamente falseada. Veja-se o caso da discussão acerca dos direitos e liberdades democráticos. É óbvio que se, do ponto de vista econômico, se estava, bem ou mal, caminhando no sentido do socialismo, então se justificava o resgate daqueles elementos como componentes imprescindíveis de uma sociabilidade efetivamente livre. E daí se justificava também a afirmação de que Marx tinha uma concepção estreita destes direitos e de que eles não tinham apenas um valor particular, mas efetivamente universal. O que, paradoxalmente, levaria a ter que deixar aberta a possibilidade de que, na verdade, os países capitalistas mais desenvolvidos – especialmente os países nórdicos – estariam muito mais próximos do socialismo do que qualquer país dito “socialista”.

A confusão produzida por este pressuposto falso foi tão profunda e generalizada que até pensadores da maior expressão foram atingidos por ela. É o caso, por exemplo, do próprio Lukács. Como se sabe, Lukács foi o autor mais importante no resgate do marxismo como uma ontologia do ser social. Justamente uma interpretação que, a nosso ver, permite retomar a questão do socialismo na perspectiva da autoconstrução humana e do trabalho como fundamento ontológico do ser social e, a partir daí, fazer uma crítica radical de todas as tentativas de construção do socialismo. Ele mesmo, no entanto, estava convicto de que, apesar de todos os erros e defeitos, a União Soviética estava, do ponto de vista econômico, no caminho do

socialismo. E, pior ainda, que seria possível, a partir de dentro, reformar o próprio sistema, reconduzindo-o a uma trilha efetivamente democrática.

A crescente revelação das mazelas e descaminhos das tentativas de revolução socialistas deixou a esquerda completamente desamparada. Não havia como negar que o tal “socialismo real” deixava muito a desejar até em relação à situação dos países capitalistas mais desenvolvidos. As barbaridades cometidas por aqueles regimes não eram de modo algum defensáveis sob a alegação de que seriam defeitos de percurso. Não havia como justificar a supressão das liberdades e direitos democráticos sob a alegação de que isto seria secundário quando considerada a ampliação do atendimento muito mais igualitário das necessidades materiais da população na sua totalidade e não apenas de um pequeno número. Aquelas formas de sociabilidade não resistiam à comparação com as formas capitalistas mais avançadas. E de novo se colocava um dilema falso: ou liberdade ou igualdade; a ênfase em qualquer uma das duas implicando necessariamente a restrição à outra.

Diante disto, a esquerda se viu compelida a admitir que o ideário marxiano e marxista e a prática realizada em nome deles tinha concepções equivocadas acerca das questões da democracia. Como, porém, a ênfase na liberdade sempre tinha sido um apanágio do liberalismo, a esquerda viu-se obrigada a buscar uma fundamentação diversa para esta problemática. Mas, de novo, em vez de começar indagando pela natureza da liberdade, pela especificidade da liberdade sob a regência do capital e sob a regência do trabalho emancipado, tomou o caminho da demonstração de que a liberdade democrático-cidadã, quando eliminadas as barreiras impostas pelo capital, era a forma indefinidamente aberta e mais elevada possível da liberdade humana. Daí a defesa da democracia como valor universal. Daí a necessidade de afrouxar cada vez mais a relação entre economia e política, entre capitalismo e democracia/cidadania, de modo a permitir afirmar que estas categorias só poderiam ter sua realização plena para além do capitalismo.

Mas há outro elemento importante, que é preciso enfatizar. Do ponto de vista teórico, este desarmamento da esquerda tem tudo a ver com a recepção do pensamento marxiano da qual falamos acima. O marxismo do qual estava armada a maioria da esquerda era um amálgama impossível de positivismo e idealismo que de modo algum poderia manter-se de pé sob os golpes da realidade objetiva. Aquele marxismo não tinha sequer como resolver as questões de fundo mais importantes, tais como a relação entre ser natural e ser social, entre subjetividade e objetividade, entre consciência e realidade objetiva, entre essência e fenômeno, a

fundamentação do caráter essencialmente histórico e social do homem, a relação entre a economia e as outras dimensões do ser social, entre igualdade e liberdade e inúmeras outras. Do ponto de vista teórico, portanto, foi este marxismo, o chamado “marxismo do movimento operário” ou “marxismo da Segunda Internacional” que impediu uma crítica radical do que estava acontecendo e, com sua concepção economicista de socialismo deu margem tanto ao surgimento da “categoria” de “socialismo real” como da “categoria” de “socialismo democrático”..

Não há dúvida de que figuras isoladas como Gramsci, Lukács, Bloch, Rosa, Lênin, e outros, cada um a seu modo, tentaram se opor a esta concepção objetivista/idealista do marxismo. Mas sua influência foi muito limitada e muito pontual. De modo que, desamparada de uma teoria que pudesse fazer frente, de modo autônomo, suficiente e não dogmático às concepções burguesas e, ao mesmo tempo, lhe permitisse ser a primeira a fazer uma crítica radical das tentativas de construção do socialismo, a esquerda foi recuando cada vez mais frente aos acontecimentos objetivos e aos ataques da intelectualidade burguesa. Para, ao final, encontrar-se no campo de batalha que é próprio da burguesia, ou seja, o campo do pluralismo metodológico e do pluralismo político. É óbvio que neste campo a burguesia é imbatível e à esquerda só resta o papel de contorcer-se para encontrar algum meio de diferenciar-se do pensamento burguês.

A CRÍTICA DAS TENTATIVAS DE REVOLUÇÕES SOCIALISTAS

Se, em linhas gerais, faz sentido o que dissemos acima, então devemos retomar a questão *ab initio*. O que significa que, para fazer a crítica do passado e estabelecer, ainda que em linhas gerais, um objetivo claro para o futuro, temos que começar discutindo a questão da natureza do objetivo: a questão do socialismo.

Certamente esta questão já foi tratada uma infinidade de vezes. Qual seria a novidade desta nova abordagem? Em síntese, creio que a novidade está no resgate da centralidade do trabalho, em detrimento da centralidade da política, de modo a ver nessa categoria tanto o fundamento ontológico do ser social e, portanto, o fundamento de qualquer forma de sociabilidade, como o elemento norteador do processo revolucionário em direção ao socialismo.

Considerando a limitação do espaço deste artigo, faremos apenas algumas alusões a essa problemática, cujo desenvolvimento exigiria um trabalho mais alentado.

Entendemos que, para Marx, o trabalho é a categoria que funda o ser social. Segundo ele, o ser social surge quando tem início essa atividade de transformação intencional da natureza de modo a adequá-la ao atendimento das necessidades humanas. Ao transformar a natureza, os homens se transformam a si mesmos e vão construindo determinadas relações sociais e todo o conjunto das outras dimensões.

Com esse caráter, diz Marx, de produtor de valores de uso, o trabalho será uma necessidade eterna da humanidade. Por isso mesmo, toda e qualquer forma de sociabilidade terá como seu fundamento uma determinada forma de trabalho.

Este é, em brevíssimos termos, o significado da centralidade ontológica do trabalho.

Por sua vez, no caso da sociedade capitalista, essa centralidade do trabalho se transforma, também, em centralidade política do trabalho, vale dizer, no fato de que é a classe operária, ou seja, a classe que produz a riqueza material, que é o pólo dirigente do processo revolucionário. Outras classes ou segmentos de classes poderão se unir a ela, mas somente ela é a classe efetivamente revolucionária. Este caráter radicalmente revolucionário lhe advém da sua posição no processo produtivo, vale dizer, do fato de que ela produz ao mesmo tempo a riqueza material e a mais-valia que vai resultar no capital. Portanto, só ela se opõe de modo absolutamente frontal ao capital.

Este é o significado político da centralidade do trabalho no processo de luta pela superação da sociabilidade capitalista.

Porém, há um terceiro significado da centralidade do trabalho. Este se refere mais especificamente ao momento de efetivação da revolução, quando se dá uma ruptura da ordem capitalista. Como vimos acima, Marx³ diz que a revolução do trabalho deve ser uma “revolução política com alma social”. Política no sentido de que efetiva a quebra do poder do Estado burguês. Social, no sentido de que muda a raiz da sociabilidade, que é a forma do trabalho. Ora, diz ele, quando a alma social do trabalho entrar em cena, o socialismo se desfará do seu invólucro político. Isso porque, essa alma social eliminará a exploração e a dominação do homem pelo homem, não havendo, deste modo, necessidade de uma instituição (o Estado) para mantê-las. É importante frisar que, por alma social do trabalho, deve-se entender a forma específica do trabalho do socialismo, que é o trabalho associado, caracterizado pelo controle livre, consciente, coletivo e universal dos trabalhadores sobre o processo de produção. Por sua vez, esta forma de

³ Ver, de K. Marx, o artigo: Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De Um prussiano.

trabalho tem como pressuposto, absolutamente necessário, um amplo desenvolvimento das forças produtivas, capaz de gerar riqueza suficiente para atender as necessidades de todos.

Deste modo, o trabalho associado é a matriz fundante do socialismo. Sua presença é *conditio sine qua non* da possibilidade desta nova forma de sociabilidade. Sem essa radical transformação nas relações de produção, na forma de produzir a riqueza material, será inteiramente impossível a instauração de uma forma socialista de sociedade.

É a partir dessa mudança radical na forma da produção que se eliminam todas as categorias da sociedade capitalista, enfim, que se estrutura uma forma radicalmente nova de sociedade.

Este é o sentido da centralidade ontológica do trabalho no processo de transição do capitalismo ao socialismo.

Ora, com tudo isso, o que fica claro é que trabalho associado nada tem a ver com extinção (jurídico-política) da propriedade privada, com planejamento centralizado da economia e com estatização. De modo que o que faltou em todas as tentativas revolucionárias que se pretendiam socialistas não foi a socialização do poder político, mas a possibilidade de existência da sua específica base material. Sem esta, como observava Marx em *A Ideologia alemã*, em 1845, toda a imundície anterior se reperia. O que de fato aconteceu.

UMA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Para o bem ou para o mal, vale a pena enfatizar que nenhum dos grandes revolucionários, que participaram ou foram contemporâneos das tentativas de revolução socialistas, se deteve a refletir sobre a questão da centralidade ontológica do trabalho no processo revolucionário. Alguns, provavelmente (outros, certamente) admitiam a centralidade ontológica do trabalho em relação ao ser social. Todos eles admitiam a centralidade política da classe operária. Mas, quanto à centralidade ontológica do trabalho no processo revolucionário, nenhum deles deu a essa questão a decisiva importância que ela tem. Falou-se muito em socialização da economia, em auto-gestão operária, em controle operário da produção. Nenhuma destas categorias fugiu a um conteúdo de caráter economicista. Em nenhum momento se refletiu sobre a natureza própria do trabalho associado, distinguindo-o, assim, daquelas outras categorias e da importância absolutamente fundamental que ele tem para que se pudesse prosseguir no caminho para o socialismo. E, por outro lado, nos problemas que sua ausência acarretaria. Nem Lenin, nem Trotski, nem Rosa Luxemburgo, nem Gramsci, nem Lukács, para só

citar alguns dos grandes dirigentes e/ou teóricos revolucionários escreveram nada sobre isso. E mesmo Mészáros, embora trate, de algum modo, em sua grande obra *Para além do Capital*, desta problemática, não lhe dedica o espaço que ela mereceria..

Um exemplo prático e atual de como essa questão é mal compreendida é o caso da situação da Venezuela. O processo venezuelano em curso tem despertado em muitos a esperança de que significaria um impulso em direção ao socialismo. Nada mais ilusório. E o mais interessante é que o próprio Mészáros tem sido um fervoroso apoiador desse processo. Sem entrar numa análise acerca do significado que está ocorrendo naquele país e aludindo apenas a essa questão específica, não parece haver dúvidas de que aquele “controle consciente, livre, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de produção”, que caracteriza o trabalho associado não está, de modo nenhum, presente. O que, sem embargo de outros aspectos positivos que possa haver, elimina a possibilidade de estar em curso a construção de uma sociedade socialista. Para isso não basta a vontade, a disposição e até, quem sabe, uma implícita clareza teórica. É preciso que aquele controle se efetive na prática cotidiana, pois só ele é capaz de arrancar as bases materiais do capitalismo e, em seu lugar, lançar os fundamentos de uma nova forma de sociabilidade.

CONCLUINDO

Uma crítica correta do passado é condição essencial, embora não suficiente, para orientar a luta no sentido de uma efetiva construção do socialismo. Não bastam a vontade, a disposição, a dedicação no sentido de lutar pelo socialismo. É preciso que todo esse esforço esteja, de fato, dirigido naquele sentido. E essa direção só existe na medida em que se fizer presente aquele “controle, livre, consciente, coletivo e universal dos trabalhadores sobre o processo de produção”, que é a alma do socialismo. Este controle tem que se manifestar de modo prático e efetivo na vida cotidiana.

Um elemento fundamental dessa crítica é o resgate da centralidade ontológica do trabalho. Nos três significados acima referidos, mas, de modo especial em relação ao processo revolucionário propriamente dito. É preciso deixar inteiramente claro que o trabalho associado, no preciso sentido explicitado acima, tem que ser o fundamento do socialismo. E que, como consequência, a direção de todo esse processo tem que estar nas mãos da classe trabalhadora e não do Estado.

Infelizmente, a crítica às tentativas de revolução socialistas não tem seguido esse caminho. O ponto de partida tem sido, de modo

predominante, a “categoria” do “socialismo real”, vale dizer, a aceitação de que aquelas sociedades estavam, de algum modo, no caminho do socialismo. Seu fracasso confirma, para uns, a inviabilidade do socialismo. Para outros, a necessidade de correções tópicas e, para outros ainda, a urgência de preencher uma lacuna fundamental, que é a da democracia. Onde a elaboração da “categoria” do “socialismo democrático”. Estas formas de colocar o problema são um obstáculo que deve ser evitado para que se possa avançar teórica e praticamente no caminho de uma sociedade autenticamente socialista.

A nosso ver, toda a discussão acerca das tentativas de revolução socialistas e dos caminhos futuros deve ser retomada tendo como ponto de partida o esclarecimento da categoria do socialismo. Por sua vez, este esclarecimento deve ter como ponto de partida a categoria do trabalho, nos três sentidos acima mencionados, de modo a deixar claro o seu caráter de fundamento do socialismo e a sua regência ao longo de todo o processo de transição do capitalismo para esta nova forma de sociabilidade. Este novo enfoque permitirá superar, de forma positiva, tanto a idéia de “socialismo real” como a de “socialismo democrático”, uma vez que ele evidenciará que socialismo é simplesmente sinônimo de liberdade plena e, portanto, algo totalmente oposto àquilo que resultou das tentativas revolucionárias e, também, essencialmente superior à liberdade sob a forma democrática.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2000.

LEFORT, C. *A invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LUKÁCS, G. *L'Uomo e la democrazia*. Roma, Lucarini, 1987.

_____. *Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma, Riuniti, 1976.

MARX, K. *A Ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1986.

_____. *Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social*. De um prussiano. In: Praxis, n. 5, out/dez 1995.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1999.

_____. (org.) *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

TONET, I. e NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Maceió, 2006 (mimeo).

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí, Unijuí, 2005.

_____. *Democracia ou liberdade?* Maceió, Edufal, 2004.

ⁱ Professor de filosofia da Universidade Federal de Alagoas